PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

MARIA DOLORES L. DA SILVA

A entrevista com a professora Nírvia Ravena foi um momento de muita familiaridade para mim. Difícil de conseguirmos um tempinho em uma agenda lotada, conversamos no horário do almoço, às vésperas de uma viagem para o seu pós-doutorado na Inglaterra. Fomos colegas de departamento e do programa de pós-graduação; mas quando eu ainda era bolsista de Iniciação Científica e a Nírvia era mestranda, eu já a via pelos corredores: sempre extrovertida, alegre e apressada. A lembrança mais marcante que tenho de nossa trajetória como colegas foi quando recebi um telefonema da Nírvia, em março 1996, que, em tom espalhafatoso como sempre, disse: "Dolores, você não quer a sua vaga de professora?". Eu estava sendo chamada pela chefa de departamento de Ciência Política para assumir o cargo de professora substituta da UFPA, instituição em que trabalho até hoje e prezo imensamente.

Fazer esta entrevista 22 anos depois foi muito tranquilo – depois de vencidos os contratempos do cotidiano acadêmico e familiar da entrevistada. Mas foi mais que uma simples entrevista. A conversa, mais uma vez, me fez constatar o quanto não conhecemos da vida acadêmica de nossas colegas. Quantos fatos me foram relatados que eu não conhecia a respeito da vida acadêmica da Nírvia? Em quantas arenas institucionais transitamos em que se desdobram debates, proposições, demandas que são de nosso interesse e não tivemos acesso? Quantas histórias ainda requerem tempo para serem aprofundadas?

De toda conversa, o que mais me impactou foi a narrativa que envolvia filhos e vida profissional. Nírvia se apresenta como defensora das demandas feministas que "não deixa passar nada": enfrenta falas, atitudes e situações que representem misoginia com intensidade, venham de quem quer que seja. Construiu sua trajetória acadêmica ao mesmo tempo em que construía uma família "tradicional". Em sua trajetória, muitas situações que foram vistas como "loucuras da Nírvia" eram atitudes a desafiar o espaço masculinizado da academia que não reserva condições de acolhimento para mulheres que desejam construir uma carreira acadêmica e cuidar de sua família de forma presente. Seus relatos de como deixava com a babá seus filhos para poder amamentá-los no intervalo das aulas; de como teve febre, porque não permitiram que amamentasse enquanto realizava um concurso público; de como trocou fralda do bebe no sofá do departamento são testemunhos de coragem em momentos em que os discursos feministas ainda não eram tão presentes no dia a dia da academia. Do que mais gostei de ouvir: "Eu sempre enfiei meus filhos goela abaixo" dos outros.

Obrigada pela conversa Nírvia!

Auto-apresentação

NÍRVIA RAVENA

Sou Nírvia Ravena e tenho uma trajetória profissional um pouco diferente. Primeiro, fiz Engenharia Civil e já no fim do curso escolhi a dedo fazer Ciências Sociais. Considero que a minha trajetória começa nesse momento: depois de quase quatro anos em Engenharia, escolhi fazer Ciências Sociais. Sou hoje professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), mas também estive como vice-coordenadora do mestrado interinstitucional (Minter) e do doutorado interinstitucional (Dinter), que deram origem ao programa de pós-graduação em Ciência Política aqui no Pará. Nessa trajetória profissional, fui para o Naea porque, na verdade, lá o meu tema de regulação estava mais acolhido do ponto de vista do objeto e da forma como vinha desenvolvendo as minhas pesquisas, mas sempre mantive vínculo com o corpo docente e com a Ciência Política. Fiz Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA), o mestrado no Naea e o doutorado no antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp). Mantenho, ainda no Iesp, um laço bem forte com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (faço parte de uma linha de pesquisa e continuo, com eles, trabalhando e assistindo seminários). Continuo com esse vínculo dentro da Ciência Política, principalmente agora com o INCT, mas também sou professora – agora produtividade – aqui no Norte. Mantenho, principalmente, uma discussão nessa esfera que parece interdisciplinar, mas é uma área bastante afeta à Ciência Política, que é a discussão de regulação. Atualmente, trabalho com a regulação de cadeias de valor. Estou trabalhando com a cadeia de alimentos na Amazônia, vendo como essa questão do Estado está se redimensionando na governança global das cadeias de valor de alimentos. Vou para a Inglaterra agora fazer um estágio de professor visitante por um ano.

Entrevista

MARIA DOLORES LIMA DA SILVA: *Entrevista com a professora Nírvia Ravena. Bom dia, Nírvia. Para começar a nossa conversa, gostaria que você apresentasse a sua trajetória profissional: formação, filiação institucional, para que possamos saber um pouco mais desse seu caminho.*

NÍRVIA RAVENA: Bom dia. Meu nome é Nírvia Ravena e tenho uma trajetória profissional um pouco diferente. Primeiro, fiz Engenharia Civil e já no fim do curso escolhi a dedo fazer Ciências Sociais. Considero que a minha trajetória começa nesse momento: depois de quase quatro anos em Engenharia, escolhi fazer Ciências Sociais. Sou hoje professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), mas também estive como vice-coordenadora do mestrado interinstitucional (Minter) e do doutorado interinstitucional (Dinter), que deram origem ao programa de pós-graduação em Ciência Política aqui no Pará. Nessa trajetória profissional, fui para o Naea porque, na verdade, lá o meu tema de regulação estava mais acolhido do ponto de vista do objeto e da forma como vinha desenvolvendo as minhas pesquisas, mas sempre mantive vínculo com o corpo docente e com a Ciência Política. Fiz Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA), o mestrado no Naea e o doutorado no antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp). Atualmente, trabalho com a regulação de cadeias de valor. Estou trabalhando com a cadeia de alimentos na Amazônia, vendo como essa questão do Estado está se redimensionando na governança global das cadeias de valor de alimentos e estou indo para a Inglaterra fazer um estágio de professor visitante por um ano. Essa é a minha formação profissional.

MDLS: *Pontuando um pouco essa questão da primeira pergunta, você poderia nos falar a quantos anos você entrou nas Ciências Sociais e, especialmente, na Ciência Política? Quando começou a dar aulas de Ciência Política?*

NR: Inicio formalmente como professora de Ciência Política stricto sensu em 1996. Fiz o concurso e passei para o departamento de Ciência Política – não era para o departamento de Sociologia, já era o de Ciência Política que tínhamos aqui – e comecei a dar aula na graduação. Em 1997, é criado o primeiro Minter, no qual entrei juntamente com a professora Luzia Álvares, com o professor Cauby Monteiro e Raimundo Jorge de Jesus, mas houve uma participação mais intensa da minha parte, da Luzia, do Celso Vaz e do professor Alex Fiuza de Melo – que depois veio a ser o reitor da universidade. Isso é interessante porque, logo depois, fomos o primeiro programa de doutorado interinstitucional de Ciência Política. Nessa época, eu fazia dois doutorados: o doutorado interinstitucional do Iuperj e outro doutorado no Naea. Fico imaginando o que essas mulheres que nos antecederam devem ter passado, as estratégias que tiveram, porque, para nós, foi necessária uma estratégia de ataque. A montagem do programa de Ciência Política na Universidade Federal do Pará me mostrou a condição feminina de uma forma que ainda não tinha experimentado.

MDLS: *E quais são as suas principais áreas de interesse de pesquisa?*

NR: Já descrevi um pouco na primeira pergunta. Trabalho com o tema da regulação, na relação Estado e sociedade dentro de uma perspectiva da Ciência Política, trabalhando no viés do olhar institucional. Hoje em dia, trabalho bastante com a questão da governança policêntrica, tema com o qual trabalho desde a minha tese.

MDLS: *Nesse sentido, quais são as obras com as quais você tem trabalhado mais?*

NR: Isso é muito interessante, porque quando estudava aqui e falava da Elinor Ostrom, faziam certa gracinha comigo do tipo: "você com esse negócio de política ambiental, Nírvia?!". Logo depois, ela foi premiada com o Nobel e, para mim, foi muito interessante, porque já trabalhava com ela desde 1999. Em 2000, fui para um encontro, em Indiana, e fiquei encantada com seu trabalho. Em 2007, tive o prazer de almoçar com ela em outro encontro – acho que de economia ecológica –, em que me lembrava da minha tese, porque usava muito o trabalho do marido dela na discussão federalista, o falecido professor Vincent Ostrom. Como também trabalhava com meu marido nessa época, comentei sobre a coincidência e ela me disse para ir em frente, porque dava certo esse tipo de parceria. Sempre trabalhei com meu marido, que é da área da ciência da computação, produzimos algumas coisas juntos. Mas o mais interessante é que toda essa literatura que afeta a regulação é o que me coloca, hoje em dia, em evidência nas redes internacionais. Por exemplo, trabalhar com os arranjos e governança policêntricos que, por sua vez, estão extremamente ligados a uma discussão do redimensionamento do papel do Estado na regulação, fenômeno que chamamos hoje de no state drive market – nós trabalhamos com regulação, a professora Eugênia, do meu departamento, também trabalhou com isso –, que é a ideia de que havia uma protorregulação feita pelo mercado tendo o Estado como o grande regulador. Hoje, observa-se uma grande inflexão muito importante nesse cenário. Porém não consigo, também, tratar disso e faço uma coisa que tem sido bem interessante: buscar a literatura decolonial, a discussão da decolonialidade do pós-colonialismo dentro da Ciência Política para interpretar o estado brasileiro nesse contexto global e nessa perspectiva. Posso citar o [Anibal] Quijano, [Enrique] Dussel, Silvia Rivera Cusicanqui, uma colombiana fantástica! E há outros autores descobertos em uma fronteira entre Ciência Política e Sociologia e que tem estreitado laços que em algum momento se tornaram mais frouxos – o que não foi benéfico para nenhum dos lados. Estava em um encontro em Duisburg com um professor da Universidade de Bristol – que esteve na Fundação Getúlio Vargas (FGV) também –, seu sobrenome é Morgan, não me recordo do primeiro nome agora, e ele fazia exatamente isso: uma discussão sobre das variedades do capitalismo, uma discussão que fazemos no INCT. Esqueci de dizer que em minha análise sobre regulação, nas teses de doutorado que tenho orientado, tento envolver meus alunos em uma perspectiva comparada usando a questão da variedade do capitalismo, quando conseguimos os dados. O Morgan vinha fazendo exatamente isso, introduzindo no debate sobre variedade do capitalismo outras discussões como a questão dos estudos pós-coloniais e outras ligadas à gênero, como faz a autora colombiana que mencionei. Esses movimentos intelectuais me mostram como a Ciência Política pode caminhar ainda mais para a fronteira. É um pouco nesse nível que meu interesse tem se situado. Parece uma pletora de conjuntos teóricos, mas há a possibilidade de conversa entre esses constructos também.

MDLS: *Você contou com apoio financeiro e institucional para seguir nas áreas de pesquisa que te interessavam ao longo de seu percurso?*

NR: Sim.

MDLS: *Que tipo de apoio você citaria?*

NR: Apoio ao longo da formação?

MDLS: *Como profissional. No momento em que você ingressou.*

NR: Tive só seis meses de bolsa para fazer o doutorado interinstitucional. Depois que me formei doutora, desenvolvi vários projetos universais e tive um projeto do Programa Piloto para Proteção

das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), que foi em 2005, logo depois que obtive o grau de doutora. Tive um projeto, também, no *Global Environment Facility*, que é um braço do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep). Atualmente, tenho outro projeto universal que trabalha com a discussão de governança de risco e agricultura, fazendo uma abordagem política. Nesse projeto já foram duas teses defendidas dentro dessa discussão da regulação. Financiei essas teses com o projeto, ou seja, as pesquisas possuem financiamento. Captei, também, alguns recursos privados com a Eletronorte, por exemplo, e teve um que fiz com recursos da Caixa Econômica quando ainda era mestre. Sempre obtive o fomento como um recurso auxiliar na minha produção acadêmica. Acho importante pontuar que esses projetos não são de grande montante, mas nos esforçamos para fazermos pesquisas aqui no Norte. O que muitas vezes não se entende é que em São Paulo é possível aplicar 500 questionários "brincando", andando de carro. Em São Paulo, Rio, Minas... Mas aqui, para se orçar um projeto, é preciso coloca voadeira para se chegar a alguns lugares e pesquisar, mas, às vezes, não é compreendido. Esse sempre foi um ponto de estrangulamento no financiamento de pesquisa que gostaria de destacar, pois é sempre essa a perspectiva. Nunca fiquei sem financiamento, mas bolsa... É a primeira vez que vou me utilizar, por um ano, para esse programa de professor visitante e tenho bolsa de produtividade desde 2017 ou 2018 (risos).

MDLS: *Gostaria de falar um pouco mais de sua trajetória acadêmica e vida privada. Sua trajetória profissional foi afetada por sua vida privada ou vice-versa?*

NR: Como diz o [Jürgen] Habermas na discussão de opinião pública, tem uma interpenetração (risos). Acho que há um entretecimento da minha vida privada com a acadêmica desde que entrei para a Ciência Política. Acho importante pontuar que a primeira vez que senti o machismo, mas não me dei conta, foi quando fiz o concurso grávida, passei quando a minha filha tinha um mês e fui impossibilitada de amamentar, porque na prova didática fiquei confinada. Pedi para amamentar e eles disseram que não, que eu não poderia amamentar. Fiquei surpresa, porque havia mulheres no departamento e mesmo assim fui impedida, o que acabou me gerando uma mastite. Quando cheguei em casa tive uma febre muito alta, ocasionando um processo alucinatório e isso foi muito ruim. Foi a primeira vez que senti e foi, justamente, na Ciência Política, porque fiz o mestrado no Naea e nunca senti isso, talvez porque as mulheres de lá fossem muito brigonas – a professora Edna Castro, da Sociologia, e a professora Rosa Acevedo, da Antropologia, pontuavam bastante as suas competências. Quando cheguei à Ciência Política, aconteceu esse fato e depois fiquei conhecida – falando dessa vida privada – por levar minha filha à universidade para amamentá-la. Eu dava aula no bloco A, que era muito quente – e esse foi outro momento em que não me vi respeitada – e eles marcavam a minha aula às 14 horas, que era a hora que amamentava! Por conta disso, trazia a Pilar para cá, com aquele calor, e a moça que trabalhava para mim nas tarefas domésticas tomava conta dela, porque nunca tive babá, pagava um extra para ela ficar no corredor das 14h às 16h e nesse ínterim, pedia para pausar a aula para amamentá-la. Hoje, encontro alunos que eram dessa época e que se lembram de mim como a professora que amamentava! No doutorado, meus filhos já eram um pouquinho maiores, mas tive que mudar para Brasília para fazer campo, por isso meu marido, que trabalhava na IBM, pediu transferência para me acompanhar. Ele conseguiu um cargo de diretor e fiquei completamente dedicada à tese com as crianças ao meu lado. Foi interessante, porque deu para sentir um pouquinho o quanto ficava distante deles quando dava muitas aulas aqui. Li um dia desses uma matéria em que algumas mulheres diziam o quanto seria importante ter creche dentro da universidade. Como seria importante para a mãe ter isso, mas quando eu falava sobre os direitos relativos ao gênero nessa perspectiva no espaço da Ciência Política eles não eram considerados, nunca foram. E, realmente, misturei tudo: a minha vida privada com meu espaço profissional. Cansei de trazer os meninos. Me lembro de uma vez que estava dando aula e a Pilar era um bebê de três meses e fui trocá-la na sala do chefe do departamento de Ciência Política, porque lá havia um banco

que me facilitaria o improviso e o chefe, quando chegou, falou: "credo, Nírvia! O que você está fazendo aqui?!" e fechou a porta. Ele falou brincando, mas essa era a minha maneira de impor a minha condição feminina. Como não havia uma restrição explícita, era apenas comportamental – esse tipo de brincadeira e jocosidade com relação à maternidade – eu me impunha. Lembro também de uma outra vez, sempre fui muito pelos métodos naturais, até hoje sou adepta da homeopatia, e meus métodos contraceptivos também eram naturais. De vez em quando me desesperava, chegava no departamento meio nervosa e quando me perguntavam o que estava havendo dizia que estava preocupada, porque tinha feito uma radiografia e a menstruação estava atrasada e a pessoa dizia: "mas como assim, Nírvia?!Está grávida de novo?! Já tem um menino e uma menina!?" e eu ficava espantada, o que é que tem? Esse gostar de ser mãe era tolhido. Se você for cientista política, a sua maternidade vai estar comprometida. Nunca aceitei isso, empurrava meus filhos goela abaixo. Eles tinham que ficar quietos, desenhando, fazendo algumas coisas, mas sempre fiz questão de impor espaço a esse meu papel social. Até hoje faço isso, agora com minha sobrinha-neta que fica um dia da semana comigo. Trabalho as seis horas e depois disso ninguém me chama para nada, porque meu tempo é só para cuidar dela!

MDLS: *Que interessante! E você acredita que essa relação entre vida privada e atuação profissional é semelhante com seus colegas homens?*

NR: De jeito nenhum! De jeito nenhum! Não vejo, não reconheço em nenhum – nenhum! – colega que conheci da Ciência Política na época em que atuei, atualmente tenho menos contato. Agora, um recém-contratado professor no Naea está cuidando de um filho. O filho dele já tem 18 anos, mas mesmo assim está dando o trabalho da idade. O nome dele é Ricardo Folhes. O vejo sempre em um desespero e fico dando "conselho de tia". Percebo sempre ele um pouco mais comprometido, mas os demais colegas inclusive do Naea, não vejo nenhum.

MDLS: *Certo. Vamos, agora, para o terceiro e último bloco de perguntas, que é sobre a condição da mulher na Ciência Política e as avaliações sobre esse campo disciplinar. Em primeiro lugar, gostaria de saber como você avalia os caminhos da academia, especificamente no campo da Ciência Política no Brasil, nas últimas décadas. Quais virtudes e limites que você vê?*

NR: Vou ser sincera. Muitas vezes deixo de lado as questões de gênero para avaliar certas posturas. Na última ABCP em que estive presente, fiquei incomodada com uma senhora que fez uma palestra no segundo dia – ela fez uma análise sobre a crise política. Acho que ela é de uma universidade norte-americana e me pareceu ser argentina pelo seu inglês – não me recordo o nome dela. Não sei se você se recorda, Dolores, porque você estava lá.

MDLS: *Sim.*

NR: Ela fez uma análise institucional das crises e fez uma redução da discussão da crise na América Latina a um dispositivo institucional, que é a reeleição. Ela coloca de uma forma que a reeleição dos presidentes predisporia todo o sistema democrático latino-americano à crise. Vejo de uma forma diferente. Acabei de ler o livro do [Pierre] Dardot e do [Christian] Laval sobre essa questão do neoliberalismo enquanto um *ethos*, já não mais uma doutrina econômica e vejo mais por essa discussão. Tanto a gestão que antecedeu essa diretoria quanto a nova são maciçamente composta por mulheres. A outra já tinha a Cristina como um protagonismo do feminino, da questão feminina no interior de uma associação que foi majoritariamente masculina ao longo dos anos e agora, com essa diretoria atual, que tem uma presença feminina bastante robusta, acho que temos um canal institucional. Do ponto de vista do campo da política, acho que sempre tivemos mulheres brilhantes, já falei de muitas delas na pergunta anterior: a professora Eli Diniz, a Maria Regina, a Celina Souza, a

Marta [Arretche], a Argelina [Figueiredo]... Essas mulheres todas têm um protagonismo e abriram caminhos para que avançássemos em tempos em que esse machismo ainda era presente, não dá para esquecer isso. Não sei se a questão geracional chegou a melhorar nossa vida com relação ao machismo. O que quero dizer com isso é que não é porque somos de gerações posteriores a dessas mulheres que tivemos de lidar com menos machismo. Esse machismo é um pouco diluído em comportamentos que não se expressam muito claramente. Não sei se estou conseguindo colocar bem a questão dos mecanismos, do ponto de vista do esforço teórico e também de publicação que temos que fazer para publicarmos sozinhas como mulher. Na discussão da Ciência Política, tínhamos que estar sempre ao lado de um homem. Falo isso sem problemas. A Eli sempre estava com o Renato [Boschi], a Argelina com o Marco [Figueiredo] ou com o [Fernando] Limongi. A Marta trabalhou com um cara dos Estados Unidos durante muito tempo, mas era mais autônoma, assim como a professora Celina Souza e a professora [Maria] Regina. Mas a Ciência Política sempre traz um pouco desse ranço Acho que agora não, com a questão dos estudos feministas nessa outra perspectiva que está sendo apontada pela ABCP e nessas novas perspectivas de gênero também que se expandem para além do feminismo, indo para outras questões de gênero, vejo esses movimentos como bastantes alvissareiros se colocando, do ponto de vista da regulação. Nas minhas redes internacionais, as mulheres são muito fortes, muito. Faço parte de um grupo do *International Cooperation and Public Relations* (ICPR) e um da *International Political Science Associantion* (Ipsa). No da Ipsa, sinto mais o machismo. Se vê uma contenda meio mascarada, mas há ainda um esforço muito grande feito pelas mulheres na questão de gênero nessas dimensões.

MDLS: *Como sua trajetória individual como professora e pesquisadora se situou nesse quadro mais geral de desenvolvimento da disciplina?*

NR: Tem outra coisa que esqueci de comentar que ocorreu enquanto fazia o doutorado e que também tinha a ver um pouco com essa postura. Não era gênero propriamente tido, mas como estudei regulação da água em um ambiente dominado por uma corrente dos estudos legislativos ou pelos estudos eleitorais, havia uma discriminação que se sobrepunha a uma de gênero. Por exemplo, o gênero me enfraqueceu um pouquinho (risos), porque era um *overlapping*. Já havia a questão do gênero, porque éramos minoria na turma, e a essa questão se impunha outra: "como você vai estudar um objeto desses?! Pelo amor de Deus!". Sentia muito isso do ponto de vista da forma como eu deveria estar atrelada a uma pessoa do gênero masculino que estivesse tratando disso. E como não havia uma pessoa com esse perfil, foi o meu orientador que se despojou de todo o machismo. E não tenho como não dizer, preciso deixar registrado: Renato Boshi é a pessoa mais liberal, aberta e cuidadosa que um orientador pode ser! Queria muito que isso fosse registrado, porque acho que sua atitude não me deixou perceber tanto esses processos que obliteravam o meu protagonismo feminino por outra parte. Ele abria caminhos. Hoje estou no INCT como cientista política – local em que outros estão como economistas – na linha de políticas públicas e na área ambiental, porque foi essa a minha trajetória, que foi permitida pela análise institucional *stricto sensu* dentro da perspectiva da Ciência Política. E quando entro no Naea para discutir a questão dos comuns, já vinha debatendo isso através da Ciência Política. Hoje, essa é a agenda global das perspectivas de discussão sobre Estado, regulação, sobre a relação entre as organizações e Estado, qual o papel da sociedade civil e como os movimentos sociais estão, mas em uma perspectiva institucional que não é da Sociologia, mas que já se amplia com a abordagem pós-colonial, com a abordagem decolonial para isso.

MDLS: *Acho que essa parte final responde um pouco do que eu ia perguntar agora: como você avalia sua condição de mulher dentro da academia?*

NR: Respondi um pouco, acho que respondi.

MDLS: *Se quiser acrescentar algo.*

NR: Acho que no Naea continuo sentindo fortemente o machismo de uma forma absurda, mas dá para resistir, porque acho que a competência na área da Ciência Política nos permite compreender, do ponto de vista procedural, que você está sendo discriminada. Lá não é só assim: vai o grito também. Vai tudo no pacote. O pacote machista é completo.

MDLS: *Como você percebe a importância que essas demandas relacionadas à gênero no mundo do trabalho, inclusive nas nossas instituições, adquiriram como, por exemplo, cotas para mulheres, denúncias de assédio, como você percebe isso?*

NR: Penso que esses movimentos, dentre eles o *Me too*, que foram desdobramentos das lutas feministas dos anos 1960 adquiriram um novo formato. Eles adquiriram novas demandas e perspectivas, mas acho que estamos muito, mas muito aquém daquilo que é necessário ao mundo do trabalho. Falando em *overlapping*, fico pensando em como somos quando estamos em casa. Olhamos em nossos lares e temos mulheres nos auxiliando e como nos posicionamos? Lembro que a última pessoa que trabalhou na minha casa só chegava às 11 horas, porque morava muito longe e eu fazia questão de que ela pudesse deixar o seu bebê na creche. Ela chegava bem tarde e saía um pouco mais cedo, porque tinha que estudar. Esses respeitos que prestei a essa mulher, para mim, são poucos. Toda mulher tem que ter direito a querer ser mãe e que possa ter o seu bebê perto para poder amamentá-lo; que ela possa ter intervalos no trabalho para ir à sua casa ou ter espaços de convivência para que seus filhos estejam próximos. Penso que é assim. Acho que existe uma discussão muito forte daquelas que não querem ser mães e respeito, mas acho que há muitas que querem ser. A maternidade é um exemplo. Mas há o exemplo do corpo, da nossa consciência com relação ao nosso corpo – precisamos de muito caminho para avançar nisso –, na questão homoafetiva das mulheres. Na discussão LGBT – e essa sigla é maior –, ainda vejo o protagonismo dos homens. O homossexual masculino tem um protagonismo maior em muitas vezes. Acho que isso está mudando um pouco. Em termos de gênero, acho que isso deve estar incluso na discussão. Gostaria de ser uma avó menos machista do que fui como mãe, essa é uma reflexão e autocrítica minha. Agora acho que sou uma professora bem feminista, não deixo as minhas meninas serem discriminadas de jeito nenhum – as minhas meninas que falo são as minhas alunas. Acho que, como mãe, ao longo do processo educativo, não consegui ser uma mãe melhor do que a minha foi. Ela foi muito liberal e acho que eu devia ter sido mais – minha filha me acusa muito disso. Um caso com minhas colegas feministas foi o de brigar em reunião com o diretor, de levantar a voz, de ele me mandar calar a boca e eu dizer o mesmo para ele. Nesse tom de civilidade. E, essa situação, duas colegas que se colocam como feministas recuaram dizendo: “Nírvia, por favor, você sabe o poder que tem uma ata! Ele é seu diretor. Você tem que tomar cuidado” E pensei “ué, mas nós não estamos lutando por direitos?! Tenho que me acovardar na hora que um homem vem para cima?!”. Sempre penso nisso. Já disse à minha filha para ela largar a dança de salão e começar o *muay thai*, porque acho que toda mulher tinha que fazer *muay thai* para não se acovardar. Esse é o desafio. Não que tenhamos que bater em tudo quanto é homem, como algumas alemãs faziam, mas não gosto de sentir medo. Agora que estou mais idosa não dá para fazer *muay thai*! Mas acho que nós mulheres não podemos nos assustar diante de um grito e de uma ofensiva e achar que só um processo administrativo ou um processo judicial vai eliminar essa violência que ainda sofremos através dos olhos e ouvidos. Na academia, a violência não chega fisicamente, chega de forma subliminar. Ela está envolta em uma capa de cordialidade. É isso.

MDLS: *Acho que você já antecipou o que ia perguntar agora, mas talvez você queira acrescentar mais alguma coisa. A pergunta é: você já enfrentou situações difíceis por ser mulher ao longo do exercício da sua profissão? Acho que você já respondeu.*

NR: É. Já respondi! (risos)

MDLS: *Nírvia, há mais alguma coisa que você gostaria de colocar para finalizar a nossa ótima conversa?*

NR: Voltando a dizer que essa pesquisa tem uma importância fundamental. Adentrei uma arena – chamo de arena mesmo, não é só um campo – contenciosa da Ciência Política; hoje vejo um campo tanto da perspectiva teórica, quanto do exercício profissional, do ensino disciplinar. Penso que estamos avançando bastante, mas ainda existem desafios íntimos. E isso é entretecido e não podemos ser discriminadas, porque esses processos se dão de forma entretecida. Isso é quem nós somos. Quem guarda as sementes são as mulheres, quem cuida da água nas populações tradicionais são as mulheres. Eu falo delas porque são invisibilizadas por outras opressões. Acho que a pesquisa que está sendo feita é importantíssima, por isso estamos avançando nessa trajetória. Só temos que tomar cuidado para não haver nenhuma inflexão para algum tipo de sectarismo que venha a nos fragilizar.

MDLS: *Você vê o risco de sectarismo em que direção? O sectarismo das mulheres ou o sectarismo mais amplo?*

NR: Acho que em ambas as direções. Me lembro de reproduzir piadas na Ciência Política achando que não havia problema e hoje vejo que isso é.... Piadas com relação à mulher contadas por um colega gay, e o interessante é que eram piadas extremamente machistas. Vejo sectarismo no sentido simbólico. Continuamos a ver o aumento de feminicídio, vemos culturas de massa que fragilizam a figura da mulher, fazendo-a cair em uma obsolescência de protagonismo, essas músicas que dizem que uma mulher vale cinquenta reais. É um tipo de música sertaneja que, para mim, é um movimento cultural que está atingindo uma grande massa de adolescentes e jovens que, através da cultura, desqualifica todo um processo de ganhos. Por outro lado, há também um movimento contencioso em relação ao gênero masculino de algumas partes do movimento. Acho que ainda não chegamos ao equilíbrio. Há um perigo de polarização e acho que a academia tem um papel crucial no sentido de manter as conquistas e impedir a vulnerabilidade do gênero em uma perspectiva mais ampla – abordagem desenvolvida pelos estudos feministas que abarca todos os gêneros. Assim vejo muito protagonismo para nós.

MDLS: *Nírvia, muito obrigada por ter tirado uma parte do seu tempo para falar conosco. Foi um prazer. Podemos conversar em outras oportunidades.*

NR: Eu que agradeço, Dolores. Foi muito bom estar aqui nesse programa que ajudei a fundar! E conversando com você, que somos parceiras de geração e com todos os meus colegas que vão estar aqui um tempo depois. Agradeço demais por essa pesquisa e à Carla, que me enviou um e-mail e insistiu para que desse o meu depoimento. Obrigada!